



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Saúde, Educação, Polícia e a Autoridade Tributária são os sectores com mais casos de corrupção na Zambézia



Os sectores da Saúde, Educação, Polícia e Autoridade Tributária (AT) são as entidades onde mais casos de corrupção ocorrem na província da Zambézia. A informação foi revelada pelo procurador Edson Pene e vice Delegado da Associação de Magistrados do Ministério Público (AMMP), falando na sessão de abertura da formação de jornalistas e activistas sociais sobre o combate à corrupção. O magistrado disse que “há muita corrupção” na Administração Pública da Zambézia.

“Diferentemente do que ouvimos em outras províncias, aqui na Zambézia são registados com maior frequência os crimes de corrupção passiva para acto ilícito e o peculato”, disse o magistrado. “Notamos com preocupação que estão envolvidos os sectores de Saúde e de Educação, mas a Polícia e a Autoridade Tributária não ficam de fora”, acrescentou.



O CIP está a formar jornalistas e activistas sociais para engajá-los na investigação e na monitoria de casos de combate à corrupção em todo o país. Na sexta-feira, dia 3 de Março, a formação teve lugar na cidade de Quelimane, juntando jornalistas e activistas provenientes dos distritos de Maganja da Costa, Ile, Gilé, Mocuba, Lugela e Molumbo e da cidade de Quelimane.

O procurador destacou a importância do engajamento de diferentes actores no combate à corrupção, referindo que apesar do Ministério Público ser o titular da acção penal, a prevenção e o combate aos crimes de corrupção não são monopólio desta instituição. “Por isso, tem de haver intervenção de todos, com destaque para as instituições públicas, a comunicação social e a sociedade civil”, disse o magistrado.

Num momento em que a necessidade de prevenção e combate à corrupção tende a desaparecer da agenda política nacional, o representante da AMMMP criticou a forma como os políticos abordam o problema da corrupção, dizendo que colocam o combate a este mal como tarefa residual.



“Verifica-se um crescimento do sindicato do crime organizado, caracterizado pelo tráfico de pessoas e de drogas, branqueamento de capitais, contrabando de espécies faunísticas e florestais e migração ilegal”, referiu o procurador Edson Pene.

Os impactos da corrupção são drásticos: “a educação é fraca, o sistema de saúde é deficitário, as infra-estruturas públicas não têm qualidade, não há acesso a condições condignas de saneamento básico, não há água potável para todos, os cidadãos acedem ao mercado de emprego em desigualdade de circunstâncias”, exemplificou o magistrado.



A sessão de abertura da formação de Quelimane também contou com a participação da Associação Moçambicana de Juizes (AMJ), representada pela Juíza Natércia Jerónimo do Tribunal da Província da Zambézia. Na sua intervenção, a magistrada judicial exortou os jornalistas e os activistas sociais a tirarem o máximo proveito da formação para que as matérias leccionadas sirvam de ferramenta para denunciar casos de corrupção e colaborar com os órgãos de administração da justiça.

Durante a formação foram partilhados casos de corrupção, de participação económica em negócio e de peculato, envolvendo funcionários públicos do sector da saúde e da polícia de trânsito; casos de agentes de segurança pública que encobriram traficantes de drogas; agentes da migração que facilitam a entrada e a permanência ilegal de estrangeiros e até mesmo o envolvimento de vereadores locais em casos de corrupção motivados por vantagens patrimoniais.

Zambézia é a sétima província abrangida pelas formações de jornalistas e de activistas sociais em matérias de combate à corrupção, depois de Tete, Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala. As formações em curso fazem parte do Programa de Combate à Corrupção implementado pelo CIP em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), com o financiamento da União Europeia.

Ao todo, o programa prevê formar 150 jornalistas e 20 activistas da sociedade civil em todo o País. Depois das formações, os beneficiários irão receber apoio técnico e financeiro para investigar casos de corrupção e monitorar processos judiciais sobre crimes de corrupção nos seus distritos.

"Este documento foi feito com o apoio financeiro da União Europeia, através da AECID. As opiniões nele expressas não representam necessariamente a opinião da União Europeia ou da AECID."

Parceiros:

